



MEIO AMBIENTE

Sete anos após o rompimento da barragem de Brumadinho, lama atinge área da CSN e rios em Congonhas. Prefeitura estima 263 mil m³ de rejeitos, com impactos ambientais significativos e risco para o abastecimento de água

Novo rompimento de dique da Vale em MG

» ALESSANDRA MELLO
» CLARA MARIZ
» IZABELLA CAIXETA
» WELLINGTON

Sete anos após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que deixou 272 mortos em 25 de janeiro de 2019, uma nova estrutura da mineradora rompeu, ontem, em Ouro Preto, na divisa com Congonhas, na região central de Minas Gerais, reacendendo o alerta sobre a segurança de instalações da empresa no estado.

Um dique localizado em uma cava da mina da Fábrica se rompeu na madrugada de domingo, por volta das 5h30, atingindo a região do Pires, área pertencente à CSN Mineração, além do leito de dois rios em Congonhas. Não houve feridos, mas a lama alcançou estruturas administrativas da CSN, que precisaram ser evacuadas por medida de segurança.

Cerca de 200 funcionários foram retirados às pressas do local. Pelo menos um deles, conforme imagens obtidas pela reportagem, ficou ilhado. Três oficinas e o almoxarifado da CSN foram atingidos pela força da água, que chegou a cerca de 1,5 metro de altura.

De acordo com a Prefeitura de Congonhas, vazaram, aproximadamente, 263 mil metros cúbicos de lama, volume equivalente a cerca de 88 piscinas olímpicas. Essa quantidade representa 1,6% dos 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos liberados no rompimento da barragem de Brumadinho, conhecida como Fundão.

Enquanto equipes da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros se deslocavam para a área atingida, familiares prestavam homenagens às vítimas do rompimento da barragem de Brumadinho, em cerimônia realizada no memorial erguido em lembrança dos mortos.

A lama vazada da estrutura da mina da Fábrica atingiu os leitos dos rios Goiabeiras e Maranhão, sendo que a captação deste último, responsável pelo abastecimento de parte da cidade, foi suspensa. O Rio Maranhão atravessa o município de Congonhas e deságua no Paraoepeba, que ainda sofre os impactos do rompimento da barragem de

Reprodução/Estado de Minas



Dique da Vale transbordou em Ouro Preto, na divisa com Congonhas, na região central de Minas Gerais, água chegou a 1,5 metro de altura

Brumadinho.

A Vale, em nota, afirmou que não houve um rompimento da estrutura da mina da Fábrica, mas, sim, um "extravasamento" de água e sedimentos. A empresa acrescentou que o motivo do transbordamento está sendo investigado, mas garantiu que não há relação com outras barragens

suas estruturas de contenção de sedimentos estão operando normalmente e que, desde o primeiro momento, "acompanha a situação de forma permanente e que as autoridades competentes já foram comunicadas".

Equipes do Defesa Civil estadual, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Militar e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foram enviadas para a região do rompimento e devem, segundo nota do governo do estado, "permanecer no local até que todos os esclarecimentos sejam prestados para conferência do que motivou tal episódio, bem como possíveis impactos ambientais, humanos e demais".

Danos socioambientais

O prefeito de Congonhas, Anderson Cabido (PSB), afirmou que a lama vazada provocou danos ambientais em seu município e atingiu

estruturas administrativas de uma mina da CSN, localizada na divisa entre as duas cidades. Cabido disse ainda ter se surpreendido ao saber que a estrutura que se rompeu não estava sendo monitorada pela Vale.

"O impacto ambiental é significativo e se soma ao impacto histórico", declarou. Segundo ele, o "extravasamento de um dique de contenção de água" carregou não apenas o material dentro da barragem, mas também tudo o que estava à frente, causando um "impacto ambiental significativo".

Minas Gerais acumula um histórico marcado por tragédias envolvendo barragens de mineração e indústria, com perdas humanas, ambientais e sociais significativas.

Há nove anos, moradores do distrito de Pires, na divisa entre Ouro Preto e Congonhas, já manifestavam temor diante do risco de um desastre envolvendo estruturas de mineração. Embora não haja registro de residências atingidas, a água

chegou a cerca de 1,5 metro de altura, interrompeu a captação e paralisou operações na região.

Em 2017, reportagem do *Estado de Minas* esteve no local e ouviu moradores que já demonstravam preocupação com o complexo de estruturas minerárias, situado a cerca de 350 metros das comunidades. Famílias que viviam nas áreas mais baixas do povoado do Mota, em Ouro Preto, e no Bairro Pires, em Congonhas, haviam sido removidas em 2008, após o rompimento da Barragem Auxiliar de Vigia, que provocou vazamento de água e rejeitos, gerando prejuízos e insegurança.

Na ocasião, a dona de casa Nilza Maria de Jesus, moradora do Mota, afirmou temer especialmente por quem permanece próximo às barragens. "Antigamente, se tivesse um rompimento, a gente não era atingido. Agora, com a ampliação das estruturas, nossas casas e famílias podem ser soterradas", disse.

Histórico de acidentes

2001 – São Sebastião das Águas Claras, Nova Lima

» A barragem da Mineração Rio Verde se rompeu, matando cinco operários. O Córrego Taquaras foi atingido e assoreado, assim como acessos, mata e residências da comunidade.

2003 – Cataguases, Zona da Mata

» A barragem da Cataguases de Papel Ltda se rompeu, despejando cerca de 1,4 bilhão de litros de lixívia (licor negro), subproduto da produção de celulose, no Rio Pomba. Ao todo, 600 mil pessoas ficaram sem água em três estados.

2007 – Mirá, Zona da Mata

» A barragem da Mineradora Rio Pomba Cataguases se rompeu, atingindo bairros de Mirá e Muriaé. Cerca de 4 mil pessoas foram desalojadas.

2008 – Ouro Preto e Congonhas, Região Central

» A Barragem Auxiliar de Vigia se rompeu, atingindo cerca de 40 residências.

2014 – Itabirito, Região Central

» A barragem da Herculano Mineração rompeu, matando quatro operários que realizavam manutenção em uma barragem desativada.

2015 – Mariana, Região Central

» A barragem do Fundão, operada pela Samarco, se rompeu, matando 19 pessoas e despejando quase 40 milhões de m³ de rejeitos na Bacia do Rio Doce. Foi considerado na época o maior desastre socioambiental do Brasil.

2019 – Brumadinho, Região Metropolitana

» A barragem da mina Córrego do Feijão, da Vale, rompeu, liberando 12 a 13 milhões de m³ de rejeitos de minério. A avalanche de lama soterrou áreas administrativas e residenciais, resultando em 272 mortes oficiais, configurando uma das maiores tragédias humanitárias e ambientais do país.



ROBERTO BRANT

PRECISAMOS PENSAR EM DESENHOS ALTERNATIVOS, PRINCIPALMENTE PARA AS INSTITUIÇÕES DE CONTROLE. A FORMA COMO SÃO ESCOLHIDOS OS MINISTROS DO STF PRECISA SER REPENSADA

Em busca de um futuro diferente

No artigo de 15 dias atrás, escrevi que o Brasil estava diante de duas ameaças existenciais: a dissolução da ordem internacional baseada em regras, que permitiu a convivência civilizada entre nações diferentes em poder e importância, e o estremecimento de nossas principais instituições constitucionais, decorrente da conduta imprópria de alguns de seus agentes. Essas ameaças podem ser vistas como fonte de temor e desesperança, mas também podem ser encaradas como uma oportunidade para mudanças.

Ambas as ameaças implicam em perigos concretos para o nosso país e talvez neste

momento estejam em falta lide- ranças políticas à altura das exi- gências do momento. Mas pelo menos o debate público precisa ser feito para que novas semen- tes de ideias fiquem no ar à es- pera da hora propícia.

O fim da ordem internacional patrocinada justamente pelos Estados Unidos, em quem tantos confiavam como seu agente garantidor, abre um inesperado ciclo de luta das grandes potências por esferas de influência, que torna todos os países vulneráveis. Embora este seja o pior dos mundos, cada país agora terá que cuidar de sua própria defesa, se quiser manter um mínimo de autonomia.

Não podemos ter a ilusão de que o que está ocorrendo é um mero acidente de percurso e que o governo Trump em algum momento passará. Este não é o ponto. A verdade é que as instituições americanas não foram capazes de deter o poder pessoal de um presidente, e se não o foram agora, não o serão mais. A democracia americana não é mais garantia de nada, salvo mudanças culturais e políticas que não estão no horizonte.

Diante disso, o Brasil precisa de um novo posicionamento estratégico, se prezarmos nossa independência. Nossa política externa terá que guardar distância das nações hegemônicas e nossa política de

defesa vai ter que encarar um mun- do diferente. Talvez nos reste nos alinharmos a outras potências mé- dias para tentar em conjunto resis- tir à coerção das grandes potências.

Nunca poderemos conter o poderio militar americano, mas preci- samos pelo menos vender caro nos- sa dignidade. Vamos ter que pensar

uma nova doutrina militar e investir em meios que nos permitam algum poder de dissusão. Será uma pena, mas vamos ter que abolir gastos em áreas civis para abrir espaço para investimentos em defesa, e precisamos fazer isso sem muita demora.

A nossa própria questão insti- tucional não admite mais condes- cendência ou adiamento. O filósofo liberal Karl Popper disse com razão que, por si só, as instituições nunca

são suficientes, quando a tradição e a sensibilidade ética da sociedade

não as tempera. Nós importamos instituições formalmente boas em nossa Constituição, mas sua im- plantação em uma sociedade for- temente patrimonialista está pro- duzindo resultados muito ruins.

E estamos chegando a um ponto em que a confiança da população nessas instituições está por um fio.

Precisamos pensar em dese- nhos alternativos, principalmente para as instituições de controle. A forma como são escolhidos os mi- nistros do Supremo precisa ser re- pensada. As exigências constitucio- nais tornaram-se mera formalida- de, para salvar as aparências. Os

presidentes já há algum tempo fa- zem escolhas puramente pessoais e o Senado é instância puramente homologatória. A vitaliciedade não serve ao país, a não ser no caso dos juízes profissionais. Mandatos

de 10 anos seriam muito melhores e permitiriam que o tempo corri- gisse os erros na escolha. O Banco Central funciona muito bem as- sim e mantém sua independência.

O critério de nomeação dos Tri- bunaus de Contas em todo o país é um erro. São escolhidos parla- mentares em fim de carreira, ra- ramente com a formação mínima necessária. Além disso, os órgãos de controle não podem ter poder absoluto ou estar acima de tudo. É preciso alguma instância republi- cana que possa cobrar responsa- bilização, especialmente no plano das condutas pessoais.

Um país pobre e desigual como o nosso não vai suportar por mui- to tempo a visão de autoridades en- volvidas em conflitos de interesse e com comportamentos próprios das antigas sociedades aristocráticas.